



S.

R.

## PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

### NOTA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diversas notícias vindas recentemente a lume na comunicação social, relacionadas com os autos de inquérito-crime em que é arguido António Manuel do Carmo Saleiro, justificam que, com a cobertura do n.º 9 do artigo 86º do Código de Processo Penal, se esclareça o seguinte:

1. Correu termos nos serviços do Ministério Público de Beja um inquérito-crime justificado por suspeitas que recaíam sobre o então Presidente da Câmara Municipal de Almodôvar, António Saleiro, de vários ilícitos criminais como o de corrupção, burla ou branqueamento de capitais.
2. Tal inquérito viria a ser arquivado, com o fundamento, em síntese, de não ter sido possível estabelecer-se um paralelo entre o património do arguido e uma sua eventual actividade ilícita, do ponto de vista criminal.
3. O processo viria no entanto a ser reaberto ao abrigo do artigo 279º do Código de Processo Penal, na sequência de análise feita no Gabinete do Procurador-Geral da República, facto a que se refere a [nota](#) enviada à comunicação social em 10 de Janeiro de 2001.
4. A investigação prosseguiu, desta feita no Departamento Central de Investigação e Acção Penal em Lisboa, com a coadjuvação dos órgãos de polícia criminal a ele afectos, e intervenção posterior do Núcleo de Assessoria Técnica da Procuradoria Geral da República, já que se impôs a análise, aliás morosa e complexa, de matéria de índole financeira e contabilística.
5. Em despacho recente, o magistrado do Ministério Público titular do processo concluiu que os elementos de prova reunidos continuavam a mostrar-se insuficientes, para sustentar em julgamento uma eventual acusação contra o arguido, pelo que ordenou o arquivamento dos autos quanto aos ilícitos criminais supra referidos, nos termos do artigo 277º n.º 2 do Código de Processo Penal.
6. Porque no entanto se vieram apurar durante a investigação factos que integram a prática de diversas infracções fiscais, foi o arguido notificado para efectuar o pagamento do imposto em dívida, o que, se efectivamente vier a ocorrer, obviará a instauração, por isso, de procedimento criminal nos termos da lei aplicável.

Lisboa, 25 de Outubro de 2002

P'Assessora de Imprensa

Ana Lima